

O Estado Mundial Cosmoético: Evolução de um Conceito

The Cosmoethical World State: Evolution of a Concept

El Estado Mundial Cosmoético: Evolución de un Concepto

Jayme Pereira*

* Advogado e Filósofo. Voluntário da União das Instituições Conscienciocêntricas Internacionais (UNICIN).

jayme_pereira@terra.com.br

Texto recebido para publicação em 12/07/07

Palavras-chave

Estado Mundial
Idioma universal
Paraconstructo
Paradireito

Keywords

Paraconstruct
Paralaw
Universal language
World State

Palabras-clave

Estado Mundial
Idioma universal
Paraconstructo
Paraderecho

Resumo:

Este artigo apresenta esquematicamente a evolução do conceito de Estado Mundial, desde seu esboço originário na filosofia de Platão, passando pelas diversas experiências históricas, muitas delas ainda versões totalitárias e belicistas, até a definição do Estado Mundial Cosmoético, sugestão de Waldo Vieira no livro *Homo sapiens reurbanisatus*. São propostos alguns princípios sustentadores do Estado Mundial Cosmoético – Parapoliticologia, Paradireito, Paradiplomacia e Holofilosofia –, fundamentados pelos estudos atualmente desenvolvidos na CCCI e pelas experiências projetivas do autor.

Abstract:

This article outlines the evolution of the World State concept, since its first hints in Plato's philosophy, advancing through several historical experiences, many of which still totalitarian or bellicose versions, up to the definition of the Cosmoethical World State, proposed by Waldo Vieira in his book *Homo sapiens reurbanisatus*. A number of principles supporting the Cosmoethical World State are presented – Parapoliticology, Paralaw, Paradiplomacy and Holophilosophy –, all based on studies presently developed in the CCCI and on the projective experiences of the author.

Resumen:

Este artículo presenta esquemáticamente la evolución del concepto de Estado Mundial, desde su esbozo originario en la filosofía de Platón, pasando por las diversas experiencias históricas, muchas de ellas todavía versiones totalitarias y belicistas, hasta la definición de Estado Mundial Cosmoético, sugerida por Waldo Vieira en el libro *Homo Sapiens Reurbanisatus*. Son propuestos algunos principios sustentadores del Estado Mundial Cosmoético – Parapoliticología, Paraderecho, Paradiplomacia y Holofilosofía –, fundamentados por los estudios actualmente desarrollados en la CCCI y por las experiencias proyectivas del autor.

INTRODUÇÃO

A idéia de um Estado ou governo único, estendido a toda Humanidade, não é coisa nova. De fato, essa idéia aparece nas teorias políticas de vários pensadores e nas iniciativas de conquista perpetradas pelos grandes líderes ao longo da história. O presente trabalho busca identificar o fio evolutivo do conceito de

Estado Mundial, desde sua manifestação mais totalitária e violenta até sua magna concepção democrática e cosmoética.

Dentro dos limites espaciais deste artigo, a estrutura foi organizada em 4 partes:

1. Histórico. Alguns autores e episódios foram selecionados, a fim de ilustrar a evolução histórica do conceito de Estado Mundial, em seis blocos de idéias ou propostas:

- 1.1. Origens remotas do conceito de Estado Mundial.
 - 1.2. Versões históricas imperialistas de Estado Mundial.
 - 1.3. Versões históricas teocráticas de Estado Mundial.
 - 1.4. Teorias filosóficas modernas sobre Estado Mundial.
 - 1.5. A formação de parlamentos universais preliminares.
 - 1.6. Idéia Conscienciológica do Estado Mundial Cosmoético.
2. Considerações sobre o Estado Mundial Cosmoético.
 3. Estado Mundial e idioma universal.
 4. É o Estado Mundial uma utopia?

Complementando as abordagens histórica e de considerações sobre o Estado Mundial Cosmoético, foram incluídas algumas ponderações acerca da necessidade de um idioma universal, além do caráter concreto da proposta de um Estado Mundial Cosmoético e diferenciada da mera proposição utópica ou ficcional. A pesquisa foi concluída tratando-se a relação do Estado Mundial com a utopia.

1. HISTÓRICO

1.1. Origens Remotas do Conceito de Estado Mundial

1.1.1. O Estado Ideal de Platão

O projeto político do filósofo grego Platão (428/7–347 a.e.c.) era fazer da política o instrumento em prol do *bem humano*, verdadeira consciência (*psyxé*) e não apenas corpo, o casulo passageiro e fenomênico. Segundo ele, o verdadeiro bem do ser humano é o *seu bem imaterial* (a consciencialidade), e o Estado é o ideal absoluto ao qual a pessoa deve tender e realizar. O Estado ideal platônico é a projeção aumentada da *psyxé* (consciência) humana. Platão realizou frustradas tentativas de educar os tiranos de Siracusa, Dionísio I e Dionísio II, nos princípios de sua nobre filosofia.

1.2. Versões Históricas Imperialistas do Estado Mundial

As versões imperialistas de Estado Mundial ao longo da história humana foram muitas e tiveram o traço comum do recurso à violência a fim de estabelecer governos totalitários. A maioria desses regimes não sobreviveu ao período de vida de seus fundadores. Dos muitos impérios levantados no decorrer dos séculos, citam-se, dentro dos limites deste esquema, em ordem cronológica, estes quatro:

1.2.1. O Império Macedônico de Alexandre Magno (356–323 a.e.c.)

O guerreiro Alexandre idealizou o governo mundial e chegou a afirmar a necessidade de um só homem na administração de toda a humanidade. O governo do império estabeleceu a unidade cultural em seus domínios, reunindo súditos em três continentes. Alexandre não se mostrava disposto a descansar enquanto não alcançasse os *limites do mundo* conhecido à época. Após sua morte, o gigantesco império se fragmen-

tou e foi subjugado pelos romanos cerca de dois séculos depois. Ao fundar cidades gregas em todo o Oriente, Alexandre irradiou a cultura helênica, extrapolando as expectativas de seu mestre Aristóteles. Essa foi, pode-se dizer, a primeira globalização da história.

1.2.2. O Império Romano do Ocidente (27 a.e.c.–395 e.c.)

Em 31 a.e.c., Otávio derrotou Antônio e Cleópatra, anexou o Egito, restaurou a unidade política e tornou-se o único senhor do mundo romano. Substituiu a República, sistema em vigor anteriormente, pelo novo regime, sob a denominação de Principado. A reforma revigorou enormemente a vida romana, resultando em dois séculos e meio de prosperidade, marcados pela quase ininterrupta *pax romana*, nome pelo qual ficou conhecido o período de relativa tranqüilidade em torno do Mediterrâneo durante seu reinado (27 a.e.c. a 14 e.c.). A seguir, Otávio assumiu o comando das Províncias e se tornou responsável pela segurança do Império. O Senado o declarou “Augusto” em 27 a.e.c. Esse título era reservado só aos deuses. Aos poucos, sua autoridade se tornou absoluta. Em 2 a.e.c., Augusto se proclamou *Pater patriae*. Os generais romanos marchavam junto às legiões, tendo à frente o emblema do SPQR – *Senatus Populusque Romanus* – o Senado e o povo romano. Além disso, traziam o símbolo da prepotência, a águia. Esses dois emblemas guiaram o Império Romano aos extremos da terra e dominaram o mundo civilizado de então. Foi até adotado o idioma universal, a *koiné*, fusão de latim e grego levado pelos dominadores às terras conquistadas. Estava consolidado o Estado Mundial Romano.

O Império governava, protegia e cobrava impostos das províncias, mas permitia a cada uma aplicar suas leis internas. O Sol não se punha em seus limites, pois abrangia a maior parte do mundo conhecido à época: desde a Inglaterra, quase toda a Europa, o norte da África e o Oriente Médio, cujos territórios até hoje conservam vestígios da supremacia latina.

O Império Romano, devido à sua excepcional longevidade, constituiu notável exceção ao caráter efêmero dos imperialismos.

1.2.3. Império Mongol (séc. XIII a XVIII)

No coração da Ásia, em território árido e distante do mar, estende-se a Mongólia, berço de um povo tradicionalmente nômade, o qual, em ondas sucessivas, chegou a invadir as regiões civilizadas da China, Índia, Anatólia e a Europa oriental.

Antes de Gêngis Khan (1162–1227), a Mongólia era praticamente desconhecida. A partir das guerras de conquistas lideradas pelo guerreiro Gêngis e seus descendentes (filhos e netos), a Mongólia formou, em cinquenta anos, o mais extenso império de todos os tempos. Seus domínios compreenderam, entre os séculos XIII e XVI, gigantescas porções do mundo oriental: China, Coréia do Norte, Mongólia, Armênia, Turquistão e Azerbaijão. Invadiram a Rússia, em pleno inverno, e tomaram Moscou e Kiev; desceram à Polônia, Morávia, Silésia e Hungria; conquistaram as regiões do Vietnã e Tailândia. Sua extensão atingiu a cifra de 33.150.000 km², área duas vezes maior à do Império Romano e quatro vezes à de Alexandre, o Grande.

1.2.4. O Nazismo (1932–1945)

Em 1927, Adolf Hitler (1889–1945) iniciou a reorganização do Partido Nacional-Socialista Alemão. Suas principais idéias estão expressas no livro *Mein Kampf* (*Minha Luta*, 1925–1927): o ódio aos judeus, a superioridade da raça ariana representada pelo povo alemão e a predestinação do líder (*Führer*) dos alemães a fim de impor o Estado germânico sobre o resto do mundo.

Em 1933, à frente do *Terceiro Reich*, Hitler estabeleceu o nazismo na Alemanha e se dedicou à consecução de seu sonho político: a expansão pela Europa e a inauguração da Nova Ordem, cujo objetivo era durar ao menos *mil anos*. Sua arrogância desencadeou a Segunda Guerra Mundial, na qual pereceram, entre 1939 e 1945, cinquenta e cinco milhões de pessoas.

Em 2 de agosto de 1934, após a morte do presidente Paul von Hindenburg, Hitler, então chanceler, autoproclamou-se presidente, comandante supremo das forças armadas e *Führer* do *Terceiro Reich*. Nos anos seguintes, seu governo perseguiu todos os grupos opositores, sobretudo os marxistas e os judeus. Criou uma poderosa polícia política, a Gestapo, e ordenou a construção de numerosos campos de concentração. Organizou, ao mesmo tempo, avançada indústria de guerra.

1.3. Versões Históricas Teocráticas de Estado Mundial

Os projetos teocráticos de Estado Mundial supõem a unificação de todas as nações da Terra sob a bandeira de uma única religião, a qual ditaria os princípios de governo e também nomearia seus soberanos. De natureza essencialmente dogmática e totalitária, esse tipo de expansão imperialista é, no fundo, o grande sonho de todas as seitas e religiões do mundo. Destacam-se, em ordem cronológica, três dos maiores impérios teocráticos já existentes:

1.3.1. O Judaísmo

O Judaísmo, religião originária do Patriarca Abraão, no século XX a.e.c., sob o dogma de *Povo escolhido por Deus*, objetivava a *conquista* do mundo, através do fenômeno da diáspora – dispersão do povo judeu –, a qual teve início no ano 70 e.c., após a perda dos seus últimos vestígios de soberania. Onde se encontrassem os judeus, lá estaria *seu território* e sua religião.

Hoje os judeus mantêm suas comunidades isoladas em toda a Terra e exercem considerável influência nos países mais desenvolvidos, especialmente na área econômica. Segundo sua crença, aguardam a vinda do Messias, o qual governará o mundo.

1.3.2. A Cristandade

O termo *Cristandade* designa, em amplo sentido, as regiões do mundo habitadas pelos seguidores do Cristianismo. Em sentido mais estrito, refere-se ao ideal de governo de inspiração teocrática predominante na Europa medieval.

Do ano 313 e.c., quando o Imperador romano Constantino assumiu papel de liderança nos destinos da religião cristã, até meados do século XVI, no alvorecer da Reforma Protestante, a religião no Ocidente foi caracterizada pela presença hegemônica da Igreja Católica Apostólica Romana. Em vários momentos da Idade Média, seu poderio religioso se confundiu com o poderio estatal, especialmente durante as tentativas de ressurgimento do antigo modelo do Império Romano, primeiro sob Carlos Magno (início do século IX) e, depois, no período áureo do Sacro Império Romano-Germânico (séculos X e XI).

Muitos papas, em diferentes épocas, sonharam unificar Estados sob seu poder e chegaram até mesmo a sobrepujar a autoridade de imperadores e reis. O mais célebre deles foi Inocência III (1160–1216 e.c.), o qual proclamou: *o Pontífice romano é o representante, sobre a Terra, não de simples homem, Pedro, mas de Cristo, o Rei dos reis*, reclamando o direito de dominar toda a Europa, subjugando os reis e os transformando em vassalos. Foi também Inocência III quem ratificou, em 1215, no IV Concílio Lateranense, a inaceitável máxima de São Cipriano – *Fora da igreja não há salvação*. Esse papa sentia-se dotado de *soberania* sobre todos os governantes devido ao seu *poder espiritual*, ambição compartilhada pelos seus sucessores.

1.3.3. O Pan-Islamismo

Maomé, a partir de 611 e.c., iniciou campanha de unificação dos povos árabes em nome de nova religião monoteísta, a qual deveria ser difundida até os *confins do mundo*. A nova fé passou a ser chamada de Islamismo ou Islã, cujo significado é *submissão à vontade divina*. Todos os seus princípios estão registrados no Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos. A guerra santa ou *jihad* pode ser conclamada em face à ameaça dos infiéis, isto é, todo o restante do mundo não-muçulmano.

A unificação político-religiosa dos povos árabes foi construída à força, e seus domínios espalharam-se rapidamente. Conquistaram, nos 100 primeiros anos, o norte da África e a Península Ibérica. Em 1453, Constantinopla, a capital do Império Romano do Oriente, foi tomada pelos muçulmanos.

Formou-se, desse modo, o Império Otomano, potência rival da Europa Ocidental entre os séculos XV e XIX. Os avanços otomanos sobre os territórios europeus foram interrompidos somente em 1683, quando os turcos foram contidos às portas de Viena. Atualmente, ameaçadoras declarações e atos terroristas perpetrados pelas correntes islâmicas radicais são motivo de apreensão no mundo inteiro.

1.4. Teorias Filosóficas Modernas acerca de Estado Mundial

1.4.1. A Paz Perpétua de Kant

Dentre os diversos pensadores arautos da idéia do governo universal e racional, destaca-se Immanuel Kant (1724–1804). Kant escreveu relativamente pouco sobre política pragmática, mas a sua notável exceção foi o ensaio sobre a *Paz Perpétua* (1795), quando o filósofo alemão elaborou consistente projeto de federalismo mundial. Postulou forma relativamente democrática de governo, de contexto republicano e participação política. Afirmou também a necessidade primordial do desenvolvimento de novo Direito Internacional, fundamentado em normas superiores coercitivas e oponíveis aos Estados.

Seu modelo de *Federalismo Mundial* buscava alertar as pessoas ilustradas de sua época sobre a necessidade da paz definitiva entre os Estados. Segundo o *iluminista*, as coletividades estatais deveriam pactuar o término dos conflitos, em sentido análogo aos indivíduos quando se unem contratualmente a fim de consolidar a constituição da sociedade civil.

Tratava-se, outrossim, de verdadeiro imperativo categórico estatal, a colaboração no grandioso *projeto moral de construção jurídica da nova comunidade internacional*.

O essencial do projeto da Paz Perpétua é a postulação de conquista da *liberdade universal* alcançável por meio das *regras de Direito*, de modo a permitir a harmonização da conduta externa de determinado Estado junto às demais coletividades estatais. Pretendia Kant realizar a transplantação do ideário iluminista da lei – *geradora de liberdade individual* – ao Direito, instrumento pacificador das relações entre os povos.

De todos os modelos filosóficos engendrados, a idéia do filósofo Kant foi a mais próxima do Estado Mundial Cosmoético.

1.4.2. O Realismo Político de Hans J. Morgenthau

Hans J. Morgenthau (1904–1980) é o principal expoente do assim chamado Realismo Político – afirmação da inexistência de autoridade superior àquela dos Estados Nacionais capaz de arbitrar as relações entre eles, visto serem os Estados soberanos os sujeitos componentes do sistema internacional. Em sua obra *A Política entre as Nações*, publicada em 1948 (2003).

Morgenthau enumera três funções constitutivas do Estado Mundial:

1.4.2.1. “Assegurar à humanidade uma personalidade legal que manteria a unidade do gênero humano diante dos seus olhos”.

1.4.2.2. “Criar e manter em operação órgãos voltados para a efetivação de mudanças sociais, no sentido de que todos os grupos da humanidade possam esperar pelo menos alguma satisfação para os seus conflitos”.

1.4.2.3. “Estabelecer agências para a implementação compulsória das normas legais, com poder suficiente para desbaratar, com força avassaladora, qualquer ameaça à paz”.

Contudo, o autor julga impossível a formação do Estado Mundial, visto a indisposição dos Estados nacionais na execução da tarefa. Segundo Morgenthau, a formação do Estado Mundial pressupõe uma pré-existente comunidade internacional munida de autoridade moral e política, situação muito distante da realidade da humanidade.

1.4.3. A Teoria da Inevitabilidade do Estado Mundial Segundo Alexander Wendt

O cientista político Alexander Wendt (1958–) publicou, em janeiro de 2003, artigo intitulado *Porque um Estado Mundial é Inevitável: Teleologia e a Lógica da Anarquia*. Neste trabalho, cuja base metodológica é o reavivamento da explanação teleológica (tendência dos sistemas de alcançarem um estágio definitivo de finalidade), Wendt argumenta em prol da necessidade de união à qual chegarão os Estados, a fim de evitarem possível catástrofe advinda dos avanços na tecnologia militar. Os Estados acentuariam menos sua soberania nacional no propósito de atingirem o melhor acordo possível dentro da constituição global emergente. Isso não significaria, segundo o autor, a satisfação de todas as demandas por justiça, mas seria ao menos uma condição para uma ordem mundial mais justa.

1.5. A Formação de Parlamentos Universais Preliminares

A ininterrupta série de conflitos entre nações ao longo da história humana culminou com a Segunda Grande Guerra (1939–1945), a qual sinalizou o assustador potencial de aniquilação ao qual chegou a Humanidade. Fez-se necessária a criação de algum organismo internacional, o qual garantisse a manutenção da paz e a cooperação entre os países.

1.5.1. A Organização das Nações Unidas (ONU)

Em 24 de outubro de 1945, foi criada a ONU – Organização das Nações Unidas. Este órgão é, atualmente, o principal fórum de intercooperação entre os povos do planeta. O propósito da ONU ultrapassa a necessidade da supressão dos conflitos armados entre as nações. Esta organização busca fomentar os meios necessários à eliminação das causas dos conflitos internacionais, sinalizando o enfrentamento dos problemas sócio-econômicos dos Estados membros. Entretanto, é ainda um parlamento preliminar, pois suas decisões mais estratégicas são ainda influenciadas e, muitas vezes, definidas pelas nações vitoriosas na II Guerra, especialmente os Estados Unidos. Apesar disso, a ONU “é a raiz do Estado Mundial” (VIEIRA, 2004).

1.5.2. A União Européia (UE)

A União Européia é atualmente constituída de 27 Estados membros (Ano-base: 2007). A inclusão dos Estados na União depende basicamente de dois critérios: sua localização geográfica dentro dos limites do continente europeu e a prática da democracia. Originalmente pensada a modo de Comunidade Econômica

Européia, a integração dos Estados europeus vem evoluindo desde 1950 por meio da assinatura de vários tratados.

Em 1 de novembro de 1993, a idéia da integração européia alcançou significativa substância na assinatura do *Tratado da União Européia* na cidade holandesa de Maastricht. Além da convergência motivada pelos interesses econômicos, outros aspectos, antes reservados exclusivamente aos Estados nacionais – por exemplo as políticas de segurança interna e externa –, foram incluídos no pacto de entendimento entre os Estados membros. O tratado também estabeleceu o uso de moeda única, o Euro.

A confederação dos Estados Europeus é de fundamental importância neste atual momento, pois serve de modelo prático inspirador da união pacífica de outros blocos continentais. De fato, “a atual União Européia é extremamente importante na condição de ponte ou protótipo para a implantação, em futuro próximo, do Estado Mundial, condição inevitável dentro do progresso natural das Socins deste planeta e da atual Organização das Nações Unidas” (VIEIRA, 2004).

1.6. Idéia Conscienciológica do Estado Mundial Cosmoético

Em 2004, Waldo Vieira, na obra *Homo sapiens reurbanisatus*, assim define o Estado Mundial: “é a política de cooperação, intercâmbio e integração universalista entre as Nações, conquista possível devido aos avanços tecnológicos, sendo inevitável o consenso ou a homogeneização gradual das leis e regras regendo esse regime, respeitando os direitos individuais ou culturais de determinada população” (p. 838). Essa definição representa o início das reflexões acerca do Estado Mundial Cosmoético, isto é, a convergência de todas as nações em sistema consensual de governo universal, no qual os direitos de todos sejam respeitados e o belicismo seja alternativa totalmente superada. Conforme o esquema histórico sugerido acima, a idéia do Estado Mundial é sonho antigo da humanidade. No entanto, todas as aproximações factuais desta idéia estiveram – e ainda estão no presente – maculadas pela violência e manipulação ideológica. O advento do Estado Mundial Cosmoético é ainda realidade muito distante, e não há data prevista para sua irrupção na história. Contudo, embrionariamente, a idéia está tomando corpo e tende a amadurecer ao longo do tempo. É ainda Vieira quem afirma: “As reurbanizações extra e intrafísicas preparam o planeta para ser gerido pelo colegiado gestor do Estado Mundial, em futuro próximo, anelo ou previsão antiga e viável das mentes históricas mais autoconscientes” (p. 831).

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO MUNDIAL COSMOÉTICO

Os estudos relativos ao Estado Mundial Cosmoético ainda estão em fase elementar dentro dos esforços empreendidos pela Comunidade Conscienciológica Cosmoética Internacional (CCCI). A União das Instituições Conscienciocêntricas Internacionais (UNICIN) logrou realizar, até o momento, dois fóruns sobre o tema, além de apoiar círculos de estudos em Parapoliticologia, Paradireito e Paradiplomacia.

A fim de se elaborar projeto preliminar de estudo sobre o Estado Mundial Cosmoético, sugere-se aqui a articulação entre quatro tópicos subjacentes a esta idéia:

2.1. A **Parapoliticologia**, a qual é paralela à Politicologia e tem relação direta com o *Homo sapiens serenissimus* (VIEIRA, 2003, p. 355).

A Parapoliticologia é fundamento da Politicologia universal do Estado Mundial: não se trata de monopolítica sem debate ou de manipulação orquestrada pelas oligarquias patológicas. Trata-se de aplica-

ção do Paradigma Consciencial cosmoético, político, social, libertário, igualitário e construtivo de maxiconvivologia evoluída e criativa sob todos os aspectos.

2.2. O **Paradireito**, o qual é paralelo ao Direito em patamar mais elevado, “tem relação direta com o evolucionólogo ou orientador evolutivo” (VIEIRA, 2003, p. 355) e incentiva a conduta cosmoética diferenciada.

O fluxo do Paradireito tem por objetivo, entre outros, permear a atividade humana em todos os seus aspectos. Segundo Vieira, o Paradireito “atua como paraconstructo multidimensional cosmoético”, sendo “a rigor, (...) a execução da intencionalidade cosmoética” (VIEIRA, 2007, p. 1637). Pelos critérios da *Parassociologia*, o Paradireito inspira mudanças nas atuais realidades situacionais do planeta, desfiguradoras da dignidade humana – o cerceamento da liberdade de expressão; a discriminação de minorias; os totalitarismos e sistemas opressivos; a violência contra a mulher; a exploração sexual de crianças, entre outros – ainda não modificadas pelo Direito.

Consoante a *Evolucilogia*, há transformações possibilitadas pelo Paradireito nem ao menos imaginadas pelo Direito. Destacam-se, entre outros possíveis exemplos, a consciência da paraprocedência, possibilitando o auto-revezamento; a consolidação das bases do Estado Mundial (Paraestadismo); as reurbanizações extrafísicas; a consolidação do holopense universalista no planeta.

Segundo a *Paradireitologia*, o Paradireito não é construção meramente teórica; é, sim, a prática da Cosmoética. Qual catalisador da holomaturidade e da Desperticidade, o Paradireito se reflete na modificação das rotinas em atividades assistenciais, objetivando a auto-suficiência das consciências.

2.3. A **Paradiplomacia**, paraconstructo consciencial, interdimensional e assistencial, “tem relação direta com o amparador assistencial extrafísico” (VIEIRA, 2003, p. 355). É factual nas dimensões extrafísicas mais evoluídas, enquanto, na dimensão intrafísica, permeia a Socin desde suas manifestações assistenciais mais elementares – o olhar sereno, o aperto de mão, o cumprimento bem humorado – até aquelas mais complexas, as quais culminam nas expressões assistenciais policármicas.

A Paradiplomacia está condicionada à vivência dos três elementos prioritários – autolucidez, Cosmoética e autodiscernimento –, os quais perfazem a meta evolutiva das consciências.

Pode-se considerar a Paradiplomacia o maxifraternismo assistencial, acrescido de elemento de ligação entre Socin e Sociex. Não há propriamente convivialidade só intra ou só extrafísica, mas convivialidade multidimensional, ambas interagindo de tal modo a ponto de completarem a mesma realidade. Sem o exercício da convivialidade sadia, cosmoética, ampla e dinâmica, não haverá Estado Mundial.

2.4. A **Holofilosofia** envolve não só os princípios filosóficos, temáticos, mas também os conhecimentos de ciências afins, o aprofundamento da Conscienciologia, a holobiografia, o conjunto da história universal, as realizações passadas, presentes e futuras, a fim de se aprender a trabalhar a virtualidade intrafísica e a realidade extrafísica, o auto-revezamento, a paraprocedência e o curso intermissivo. A Holofilosofia fundamenta a vivência do *Homo sapiens universalis*.

A Holofilosofia pode também ser chamada de Holociência dos princípios e das causas; tratado da Filosofia Conscienciocêntrica; conjunto de todas as Filosofias; fundamentos da sapiência multidimensional; priorização dos princípios avançados da Evolução; Megafilosofia do Cosmos; Filosofia do Estado Mundial, da Paradireitologia e da Paradiplomacia; Cosmoconscienciologia; abrangência das prioridades Cósmicas, muito além das ciências convencionais, visto ser fundamentada no Paradigma Consciencial Cosmoético.

3. ESTADO MUNDIAL E IDIOMA UNIVERSAL

Entre os indispensáveis elementos instrumentais do funcionamento do Estado Mundial está a adoção do idioma universal. Esse idioma funcionará qual elo de ligação entre todas as nações, sem contudo eliminar os idiomas nacionais. A história registra vários projetos de universalização lingüística. Os romanos, por exemplo, assimilaram a *Koiné*, espécie de idioma popular criado pelos gregos, ao modo de idioma universal entre os povos da Antiguidade. A *Koiné* se difundiu devido ao domínio de Alexandre Magno e o caldeamento do helenismo entre as culturas dos povos subjugados (HORROCKS, 1997).

As legiões romanas fundiram o Latim Bárbaro (linguagem dos soldados romanos) à *Koiné*, e esse idioma se ampliou pelos continentes. Dele se originaram as línguas neolatinas em vários países ocidentais. Ainda hoje, o Latim Clássico e o Latim Medieval são usados em ambientes acadêmicos e cultos religiosos.

A invasão portuguesa no Brasil detectou a existência de idioma intertribal, além dos idiomas de cada tribo. Mais de 1.000 idiomas indígenas diferentes eram falados nas tribos. No entanto, um único idioma, o *Nheengatu*, serviu, até o início do século XVIII, de elo de comunicação entre indígenas, jesuítas e colonos portugueses ao longo de vasta porção do território brasileiro (ROHTER, 2005). O uso do *Nheengatu* ao modo de língua comum dos numerosos povos indígenas da América Latina se constitui em interessante demonstração prática da viabilidade do idioma universal sem exclusão dos idiomas pátrios.

O idioma universal auxiliar terá de ser neutro, simples e acessível a todos os povos. Não será universal enquanto representar os interesses de etnias poderosas ou culturas dominantes.

Atualmente, o idioma Inglês ocupa papel dominante na cultura de massa, no comércio exterior, nos setores de pesquisa e no turismo ao redor do globo. Embora a população nativa em língua inglesa seja relativamente pequena – cerca de 450 milhões –, a parcela populacional a utilizá-lo na forma de segundo idioma ultrapassa os 800 milhões. Outro imenso contingente de pessoas, em todos os continentes, estuda inglês ou tem dele alguma noção rudimentar. Embora a língua inglesa seja inquestionavelmente a mais difundida (não a mais falada) do planeta, sua adoção a modo de idioma universal está comprometida em virtude da identificação desta língua aos interesses e valores culturais de Inglaterra e Estados Unidos. O idioma universal deverá necessariamente ser neutro, no sentido de não pertencer originalmente a nenhum povo ou pátria nacional. O idioma neutro não se origina de etnias, de poderio econômico, de idiossincrasias estranhas e não interfere na modificação do idioma nacional. O Estado Mundial não pertencerá a esta ou aquela nação, país ou bloco dominante.

Possível projeto de idioma neutro é o Esperanto, idioma internacional artificial criado por Lázaro Ludoviko Zamenhof, em 1887, na Polônia, ainda sob o domínio russo. Em sua cidade natal, habitavam etnias diferentes: russos (dominantes), poloneses (dominados), alemães e judeus. Havia muitos conflitos devido aos idiomas diferentes. Zamenhof, “aos cinco anos se propôs a criar idioma de modo a evitar as brigas de rua entre vizinhos. Aos catorze anos tinha esboçado o idioma” (BOULTON; ZAMENHOF, 1962).

O Governo Russo proibia o uso de idiomas diferentes do russo. Quando Zamenhof terminou a primeira apresentação do novo idioma, seu pai, aflito devido à proibição do governo, conseguiu, graças à ajuda de amigos, autorização para a publicação do *Internacia Libro* em julho de 1887. Zamenhof assinou o prefácio pelo nome de *D-ro Esperanto – o que espera*. Estava criado um idioma internacional lógico, sonoro e de uso surpreendentemente simples.

O Esperanto sobrevive há 113 anos e é conhecido em 110 países. É o projeto lingüístico de maior longevidade depois da *Koiné*. Sua gramática possui apenas 17 regras e qualquer pessoa pode assimilá-la em

dez minutos. Não necessita de instrutores e até mesmo crianças aprendem sozinhas. Hoje o Esperanto é estudado (falado) inclusive nos EUA e na Inglaterra, embora esses dois países continuem dificultando sua adoção pela ONU.

Qual idioma neutro, o Esperanto evita a eliminação de idiomas, especialmente das etnias minoritárias. Não depende de etnia ou grupo econômico, nem possui objetivo imperialista. Pretende apenas ser o idioma auxiliar ou *idioma-ponte* entre os demais.

4. É O ESTADO MUNDIAL UMA UTOPIA?

No século XX, os defensores do capitalismo clássico previam, no *futuro próximo*, a integração dos grandes blocos imperialistas, porém ainda encapsulados entre si, a fim de sobreviverem às lutas entre potências, por motivos ideológicos, étnicos e principalmente econômicos.

Aventou-se até a hipótese de se conseguir a consolidação da união dos povos, por meio do *mercado mundial*. Esse tem sido considerado o meio de sustentação do *imperialismo anglo-saxônico atual*.

Estados Unidos e Inglaterra funcionam ao modo de Estado Mundial anticosmoético, cuja belicosidade dispõe de poderosíssimo arsenal militar. Fazem valer seus interesses em todos os países, sua influência intrusiva é onipresente e suas moedas nacionais são as mais valiosas.

Até marxistas partilharam da idéia de Estado Mundial, e o bloco socialista chegou a formar gigantesco Estado Imperialista. No entanto, os estados nacionais se multiplicaram e derrubaram esses projetos. Na atualidade, depois da ruptura da bipolarização política dos dois grandes blocos, acentuou-se a interdependência entre as regiões do globo. A política e o estadismo estão ainda muito arraigados nos Estados Nacionais, dificultando a globalização e criando barreiras ao Estado Mundial Cosmoético.

Contudo, a idéia do Estado Mundial Cosmoético responde às necessidades humanas, desfaz o egoísmo nacionalista, elimina as fronteiras virtuais geográficas, estabelece intercâmbio amplo, minimiza barreiras alfandegárias, econômicas, monetárias, políticas e burocráticas, as quais servem de obstáculo à liberdade de ir e vir do cidadão do mundo. “Somos consciências antes de sermos cidadãos ou cidadãs” (VIEIRA, 2003, p. 858).

A muralha da China é o maior paredão artificial do planeta, porém, não conteve a invasão mongólica. O Estado Mundial derrubará as *muralhas* dos estreitos nacionalismos, a fim de construir a planície aberta onde a humanidade viverá em paz.

Os europeus derrubaram o muro de Berlim. Em vão criam-se muros entre palestinos e judeus, entre mexicanos e americanos. Muros caem, as muralhas medievais caíram. As consciências, contudo, são mais fortes.

Será a realização do Estado Mundial mera utopia? Não, não se trata de utopia. A idéia do Estado Mundial Cosmoético, embora ainda muito distante de sua realização plena, mantém-se em evolução. Lembre-se o passado: grandes invasores – Alexandre Magno, os Romanos, os Mongóis – dominaram o mundo conhecido em suas respectivas épocas. No entanto, a exasperada centralização do poder obliterou todos os seus planos imperialistas.

Apesar de todos os conflitos ainda presentes nos dias atuais, a tendência da história é caminhar rumo à universalização dos povos. O cenário mundial já dispõe de parlamentos preliminares – a ONU e a União Européia. Em todo o mundo, pessoas estão investigando e fomentando a globalização. Suas pesquisas e iniciativas tendem a convergir em um certo momento.

Faz-se necessária a pesquisa mais profunda da idéia conscienciológica do Estado Mundial Cosmoético e seus princípios sustentadores – Parapoliticologia, Paradireito, Paradiplomacia e Holofilosofia. Esses temas são disciplinas ensinadas nos Cursos Intermissivos. Há comunidades extrafísicas avançadas – a Interlúdio é uma delas – preparando consciências cuja proéxis é a continuidade desta pesquisa em nível muito mais avançado.

O Estado Mundial cosmoético e horizontal, ainda em formação, quebra o paradigma do poder selvagem, estrutura Colegiados Gestores e tem por objetivo o debate coletivo, ao invés da prepotência individual. É a cidadania madura aos poucos substituindo o *Príncipe infantil*, prepotente e dominador. Possivelmente, muitos dos componentes da CCCI, no passado, foram partícipes na elaboração de Estados Mundiais imperialistas e anticosmoéticos. No presente estágio evolutivo, estão, quais mini-peças, contribuindo na estruturação do Estado Mundial Cosmoético, aguardando as consciexes auto-revezadoras, as quais levarão a tarefa adiante até sua completude. Quando munida de autoconsciência multidimensional, a conscin passa a ser cidadã construtora do Estado Mundial Cosmoético.

CONCLUSÃO

Conclui-se a evolução do conceito de Estado Mundial Cosmoético considerando que as investigações hodiernas sobre esse tema incluem três evidências, conforme demonstradas no desenvolvimento do artigo:

1. A idéia do Estado Mundial é antiga e encontra-se em contínua evolução, desde os sangrentos imperialismos anticosmoéticos do passado e do presente até a realização do Estado Mundial em sua definitiva versão cosmoética e libertária.

2. A realização do Estado Mundial Cosmoético não é utopia. Traços ainda preliminares dele são já perceptíveis. É o caso da formação dos atuais parlamentos internacionais – ONU e UE – ainda envoltos em ambigüidades, mas sinalizadores de maior poder de integração pacífica no futuro. Também a UNICIN se inscreve neste horizonte, ao intensificar a pesquisa científica acerca da Parapoliticologia, Paradireito, Paradiplomacia e Holofilosofia.

3. Urge otimizar a participação da CCCI na pesquisa ativa e nas iniciativas relacionadas à maxiproéxis grupal. O objetivo deste maior engajamento é facilitar o caminho das consciências agora em preparação nos cursos intermissivos, além de pavimentar a estrada do próprio auto-revezamento consciencial.

REFERÊNCIAS

1. **Boulton**, Marjorie; **Zamenhof**, Ludwik; *Creator of Esperanto*; 267 p.; 23 caps.; 21,5 x 15,5 cm; Editora Eldonisto; Inglaterra; 1962.
2. **Vieira**, Waldo; *Enciclopédia da Conscienciolgia (Edição-Protótipo: Avaliação das Tertúlias)*; 2 Vols.; 2.473 p.; 28 x 20 x 6 cm; Editares; Foz do Iguaçu, PR; 2007.
3. **Idem**; *Homo sapiens reurbanisatus*; 1.584 p.; 479 caps.; 139 abrevs.; 40 ilus.; 7 índices; 102 sinopses; 7.653 refs.; glos. 241 termos; alf.; geo.; ono.; 27 x 21 x 7 cm; enc.; Associação Internacional de Centro de Altos Estudos da Conscienciolgia (CEAEC); Foz do Iguaçu, PR; 2004.
4. **Wendt**, Alexander; *Why a World State is Inevitable: Teleology and the Logic of Anarchy*; University of Chicago; Chicago; Illinois; EUA; 2003.

Infografia

1. **Rohter**, Larry; *Language Born of Colonialism Thrives Again in Amazon*; article; Newspaper; *The New York Times*; New York, NY; disponível em: <www.nytimes.com/2005/08/28/international>; acesso em: 28.08.05.